

Sarney reconhece o descalabro

O presidente da República pretendeu dar a seu discurso ao Ministério tom de comando que não casa com sua personalidade. Por isso, toda a fala soa falsa, como esta frase da parte final: "E serei rígido na cobrança de minhas ordens". Afinal, quando se ocupa a Presidência de um país como o Brasil, tendo herdado problemas sem conta, não se pode proclamar impunemente, dois anos depois, "nossa equipe está definida", nem dizer aos ministros de Estado que devem combater a corrupção.

A oração presidencial não resiste a uma séria análise de texto: são sentenças que se seguem umas às outras sem que às vezes se perceba o nexos mais profundo que as une, o que dá ao leitor a impressão de estar diante não de discurso escrito para uma reunião ministerial, mas de improviso destinado a angariar simpatias. É preciso atentar para esse aspecto da fala presidencial, pois o acadêmico José Sarney sempre foi cioso da construção de suas frases; se o discurso provoca esse tipo de reação à primeira vista, cabe analisar as causas que determinaram essa falta de ordenação. Dessa desarticulação formal decorre o resto, como, por exemplo, dizer o óbvio aos ministros: que o Ministério está definido (se não estivesse, como governar?), que quer reuniões ministeriais frequentes (por que não as fez?), que cada ministro deve trabalhar em harmonia com os outros (então, durante todo esse tempo não se fez isso?). Ou, então, insistir junto a eles em princípios comezinhos de administração pública: poupar centavos de custeio para poder investir, racionalizar a máquina administrativa, perseguir os que cometem crimes contra a administração pública, punir os corruptos! Mais grave do que isso é a insistência do chefe do Executivo em lembrar os bons tempos do Plano Cruzado, timbrando sempre em afirmar que ele malograra não por erro de concepção, mas por causa da oposição de interesses vis: "Ele foi uma experiência válida, que modificou a estrutura da sociedade brasileira, mas que não teve forças de resistir aos seus inimigos". Em lugar do apego aos fatos, apenas a convicção íntima de que, se não tivesse havido inimigos, o Plano teria dado certo.

É o conteúdo do discurso, no entanto, que deve merecer atenção. A fala presidencial é toda ela pontilhada por referências diretas ou indiretas, explícitas ou mascaradas, aos "inimigos

do povo": "...redirecionamento da economia tentando desviá-la do controle de grupos para servir ao povo"; os "inimigos" do Plano Cruzado; "é preciso um basta na especulação desenfreada de alguns e no imediatismo de muitos"; "os que querem aproveitar-se (da crise) para realizar a sua ganância e a sua ambição". Apesar de reconhecer que as leis do mercado devem impor-se para permitir à economia recuperar-se do caos em que foi jogada pelo Plano Cruzado, é esta imagem de que existem pessoas que só pensam em si e sacrificam o povo, em aras da ganância e da ambição, que o sr. José Sarney transmite. O grave é que é tal visão da realidade que inspira as determinações (ou as ordens?) dadas ao ministro da Fazenda: "Todos os mecanismos preventivos e punitivos serão energeticamente acionados para evitar" abusos e remarcações injustificados; "quero guerra sem trégua aos juros altos".

Será difícil ao presidente transmitir ao empresariado, cuja colaboração proclama indispensável à sua obra de governo, a confiança necessária à retomada do processo de investimento na economia. Mesmo quando se exclama a necessidade de o mercado abrir-se aos capitais estrangeiros; mesmo quando afirma enfaticamente que "nossa indústria está-se atrasando tecnologicamente" e que "nossa infraestrutura está marchando para não acompanhar o desenvolvimento econômico", caberá sempre a observação: mas isso acontece porque não se alterou, nesses dois anos, uma vírgula sequer nos dispositivos legais ou quase-legais que cerceiam o capital estrangeiro, nem se atentou (pelo contrário!) para o fato de que são os defensores do atraso tecnológico, aqueles que jogam o Brasil de cabeça no passado, recusando o futuro, os responsáveis pela orientação e pela condução da política tecnológica nacional.

Apesar da coerência reclamada, o governo Sarney é a própria contradição: um presidente que, dois anos depois de assumir, sem que coisa alguma se tenha alterado na relação de forças políticas (a não ser o ucasse contra a Assembléia Constituinte no golpe de Estado do 18 de maio), vem afirmar a unidade de ação do seu Ministério, e nele conserva quem durante todo esse tempo trabalhou em sentido contrário ao que hoje o chefe do governo apregoa dever ser o da ação do Executivo.

O presidente diz que "o pessimismo não leva a nada". Correto. Que atitude, no entanto, deseja de parte da opinião pública, se reclama austeridade e deixa aberto o caminho para construir a Norte-Sul, ao dizer que prosseguirão os investimentos em infra-estrutura? Que atitude espera, se louva a livre iniciativa e estigmatiza *urbi et orbi* os empresários, acusando-os indiscriminadamente de gananciosos e especuladores? Sobretudo, que atitude espera da opinião pública, se é ele próprio quem pinta o mais negro quadro de toda a história republicana? Vejam-se estas frases:

"A União, submetida há tantos anos a um processo de esvaziamento (?), está debilitada. A Federação... está combalida; os Estados em caótica situação financeira, endividados, inadimplentes, sem condições de fazer funcionar a máquina administrativa e submetidos a todas as pressões." Como acreditar que "o Brasil é maior do que seus problemas" se o chefe de Estado traça esse quadro desalentador e, depois de dizer que é necessário um trabalho conjunto para restaurar não as finanças estaduais e federais, mas o princípio federativo, faz pequena pausa e diz que sua decisão de fixar em cinco anos o mandato presidencial nada teve de pessoal e que a ninguém pediu solidariedade em caráter pessoal, apenas convocando os partidos a apoiá-lo? Que relação tem a descrição do caos administrativo com o que se segue?

Além dos sindicatos — exortados a abandonar a prática do grevismo —, o ministro da Fazenda recebeu seu recado: o presidente quer guerra sem trégua à inflação mediante a diminuição das taxas de juro, o reajustamento automático dos salários, a manutenção do sentido social do governo, a opção pelos "mais pobres", a manutenção dos incentivos regionais, a solução urgente dos problemas das micro e pequenas empresas. O professor Bresser Pereira terá de compatibilizar tudo isso com os parâmetros para a negociação da dívida externa — defendendo os capitais estrangeiros, mas não cedendo no que se refere à soberania, tal como apregoava Funaro. Se o ministro da Fazenda não puder aviar essa receita, tanto pior para ele: o chefe do Executivo não se afastará "um milímetro" dos seus deveres e saberá cobrar o cumprimento de suas ordens.